



**CÂMARA DE POLÍTICAS DE ENERGIA
E MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Ata da 4ª reunião, realizada em 22 de maio de 2017

1 Em 22 de maio de 2017, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Políticas de
2 Energia e Mudanças Climáticas (CEM), na sede da Secretaria de Estado de
3 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte.
4 Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Felipe
5 Santos de Miranda Nunes, representante da SEMAD. Representantes do poder
6 público: Ana Cláudia Miranda Albanes, da Secretaria de Estado de Agricultura,
7 Pecuária e Abastecimento (Seapa); Daniel Rennó Tenenwurcel, da Secretaria
8 de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino
9 Superior (Sedectes); Viviane Gonçalves Porto Nascimento, da Secretaria de
10 Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Paula Carvalho Louzada, da
11 Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional (Secir); Letícia
12 Capistrano Campos, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Mariana
13 Navarro Paolucci, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento
14 Sustentável da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.
15 Representantes da sociedade civil: Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho, da
16 Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel); Adriana Maugeri
17 e Igor Lopes Braga, da Associação Mineira de Silvicultura (AMS); Alexandre
18 Valadares Mello, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
19 (Fiemg); André Aroeira Pacheco, da Cáritas Diocesana de Itabira; Márcio Tadeu
20 Pedrosa, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes);
21 Oswaldo Dehon Roque Reis, do Conselheiro Regional de Engenharia e
22 Agronomia (Crea). **Assuntos em pauta.** **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**
23 **BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O
24 presidente Felipe Santos de Miranda Nunes declarou aberta a 4ª reunião da
25 Câmara de Políticas de Energia e Mudanças Climáticas. **3) COMUNICADOS**
26 **DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Não houve manifestações. **4)**
27 **EXAME DA ATA DA 2ª REUNIÃO DA CEM.** Aprovada por unanimidade a ata
28 da 3ª reunião da Câmara de Políticas de Energia e Mudanças Climáticas,
29 realizada em 27 de março de 2017. **5) DISCUSSÃO SOBRE AS METAS DE**
30 **REDUÇÃO DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE)**
31 **APRESENTADAS PELA FEAM NA 2ª REUNIÃO DA CEM.** Atendendo
32 solicitação da Fiemg e da AMS, o consultor Fábio Marques fez apresentação de
33 estudo sobre as metas de redução de emissões de gases de efeito estufa
34 apresentadas pela FEAM na reunião anterior da CEM, visando contribuir com
35 sugestões ao aprimoramento do trabalho, destacando que se trata de uma
36 avaliação preliminar dos números propostos em minuta de decreto sobre

37 compromissos de redução de gases do Estado de Minas Gerais. Síntese da
38 exposição. “O nosso objetivo neste momento não é discutir números
39 específicos, mas realmente que tenhamos uma ordem de grandeza de um
40 contexto maior. Basicamente, no documento elaborado para uma minuta do
41 Plano Estadual de Mudança do Clima (PEMC), previu-se um crescimento em um
42 cenário que não teria nenhuma mudança de ação em curso, admitiu-se um
43 crescimento de 60% das emissões de 2010 a 2030, chegando a uma faixa de
44 180 milhões a 200 milhões de toneladas de CO₂. Uma vez que a minuta trata de
45 um número per capita, a primeira coisa que nós buscamos fazer foi exatamente
46 comparar esse valor ao que seria a mesma evolução disso de uma forma
47 também a ser colocada na mesma unidade. Em termos per capita, o que
48 significaria para Minas? Buscamos dados no IBGE, com projeção atual para a
49 população mineira, na faixa de 22 milhões por volta de 2030. Ou seja, se nada
50 for feito, a emissão per capita de Minas ficaria na faixa entre 8 toneladas e 9
51 toneladas por habitante até 2030. Nós fizemos uma projeção retroativa,
52 distribuição linear, do que seria a emissão em cada ano no Estado. Se
53 assumirmos que o esforço de Minas começaria a ser feito imediatamente, por
54 hipótese, o que isso significaria do ponto de vista percentual em relação às
55 emissões como um todo? As emissões chegariam a um cenário na faixa de 8
56 toneladas a 9 toneladas, e, se esse compromisso fosse cumprido, chegaríamos
57 à faixa de 5 toneladas de CO₂ equivalente por habitante. Quando olhamos do
58 ponto de vista das emissões absolutas, basicamente, a proporção é a mesma.
59 Sairíamos de um cenário de 180 milhões a 190 milhões de toneladas
60 equivalente de CO₂ para um cenário em que essas emissões ficariam na faixa
61 de 110 milhões a 112 milhões de toneladas de CO₂ equivalente por ano.
62 Existem algumas imprecisões que precisam ser tratadas, mas o que nos
63 chamou bastante atenção foi exatamente esses números que estão aqui, a
64 proporção em relação ao cenário projetado. Ou seja, um eventual compromisso
65 de 5 toneladas de CO₂ por habitante, em termos per capita, significaria uma
66 redução de emissão de aproximadamente 38% a 42% em relação ao cenário se
67 nada for feito. É, de fato, um esforço de mitigação substantivo quando
68 consideramos que a população mineira está relativamente estabilizada e até
69 2030 não passaria de 22 milhões de habitantes. Como considerações finais, o
70 que nós sugeriríamos que fosse discutido? Em um primeiro ponto, antes de se
71 definir eventuais números e compromissos, seria muito importante incorporar o
72 setor de uso da terra e florestas para que Minas Gerais possa ter uma noção
73 mais completa – e eu diria até integral – do seu potencial de mitigação e
74 também do seu potencial de emissões. E um segundo aspecto é que, antes da
75 especificação desses números, talvez fosse interessante estruturar um processo
76 para que esses valores, nas minúcias, pudessem ser avaliados, principalmente
77 quando contrastamos esses números com a disponibilidade e a necessidade de
78 criação de meio de implementação. Já existem até valores indicados de quanto
79 custariam, mas seria interessante colocar isso em um nível um pouco mais

80 micro, quais são os impactos e do que precisamos fazer de mudanças na nossa
81 matriz econômica e energética para que isso possa ser viabilizado, à luz, claro,
82 do princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, o que tem
83 regido a regulação multilateral da mudança do clima.” **Síntese dos debates.** O
84 presidente Felipe Santos de Miranda Nunes considerou importante iniciar a
85 discussão dos números já apresentados pela FEAM e destacou que o estudo foi
86 feito em uma avaliação pré-Acordo de Paris e que o cenário ‘business as usual’,
87 de que nada se faz, “não se sustenta mais, porque hoje existe uma política
88 nacional, os planos setoriais e uma agenda, tanto privada quanto pública, para
89 redução de emissões de gases de efeito estufa no Estado”. “Mas é um cenário
90 bastante didático, porque o usamos para mostrar que, se não se faz nada, essa
91 é a trajetória. Mas esse, por exemplo, não é o cenário hoje com o qual a equipe
92 técnica da FEAM trabalha. Além de esse cenário não estar alinhado ao Acordo
93 de Paris, que foi ratificado pelo governo brasileiro, nós temos um cenário, com o
94 qual o Brasil se comprometeu, de chegar a uma redução absoluta de 37% em
95 2025 e de 43% em 2030. Então não há mais aquela visão de redução relativa do
96 cenário ‘business as usual’ da política nacional e dos planos setoriais de
97 mitigação de emissão de gases de efeito estufa. Infelizmente, hoje, o que está
98 disponível para que os senhores possam discutir são cenários e projeções que
99 não mais representam a realidade. Nós gostaríamos muito que estivesse
100 disponível para trabalharmos as nossas projeções e novas estimativas.
101 Infelizmente, temos que aguardar o posicionamento do Comitê Político, que é
102 regido por um decreto estadual, e é ele que tem a competência legal para
103 aprovar compromissos, e isso ainda não foi alvo de deliberação em termos das
104 projeções para ficarem disponíveis. Essas 5 toneladas foram apresentadas
105 como meta para 2030, na última reunião do Comitê Político, e também foi
106 deliberado um posicionamento para Minas Gerais aderir compromissos
107 estaduais e compromissos alinhados ao governo federal e à proposta do Acordo
108 de Paris. Quanto à sugestão de inclusão do setor de uso da terra e florestas, é
109 uma angústia nossa, porque não tivemos acesso aos dados recentes do Serviço
110 Florestal Brasileiro, apesar de inúmeras solicitações. Mas nós temos dados de
111 uma série histórica que nos permitem também traçar cenários. Inclusive, nós
112 trabalhamos em parceria com a UFMG, nós temos uma plataforma de simulação
113 de cenários que incorpora o uso da terra e florestas e nos leva a simulações de
114 que a redução esperada do Acordo de Paris é factível do ponto de vista técnico
115 e tecnológico. Claro, precisa de uma consideração política para que os
116 investimentos tenham ambiente de negócio favorável. Quanto à segunda
117 sugestão, nós queremos uma avaliação estruturada, um debate, para os
118 compromissos estaduais serem assumidos. Mas alegar que não existem dados
119 e que a ciência é insuficiente hoje para colocarmos metas nós estaríamos na
120 contramão do que foi acordado no Acordo de Paris. Pelo contrário, chegou-se à
121 conclusão, e o governo brasileiro ratificou que a ciência nos mostra que temos
122 que correr atrás do cenário de 1,5 grau. Nosso entendimento e posição técnica

123 é que podemos aprimorar e avançar nas projeções e informações técnicas.
124 Inclusive, temos parceria com pesquisadores de ponta para gerar essas
125 projeções. Mas a inércia baseada na ausência de dados não é justificada do
126 ponto de vista do que foi assinado, do que a ciência nos mostra e do que nós
127 temos de estudos em relação às mudanças climáticas no Estado. A sugestão é,
128 claro, de encaminharmos essa discussão estruturada, inclusive com reuniões
129 setoriais para tratar uso da terra e florestas, energia e indústria. E fica também
130 um alerta para que ações sejam tomadas com a ciência já disponível para a
131 tomada de decisão.” Fábio Marques, consultor da AMS: “Eu faria um adendo
132 sobre a questão do 1,5 grau mencionada, que foi um dos temas mais polêmicos
133 na Convenção de Paris, no objetivo geral do acordo. No final das contas, isso foi
134 incorporado com vistas a chegar a 1,5 grau muito por pressão das pequenas
135 ilhas, e até a posição do Brasil foi bastante cautelosa em relação a isso. O Brasil
136 sempre defendeu os 2 graus, exatamente o que o IPCC menciona. Claro, o
137 cenário desejável, não temos dúvida de que é o de 1,5 grau, mas, de fato, é
138 muito distante da nossa capacidade tecnológica. É fundamental sempre
139 buscarmos esse esforço no devido limite, mas eu acho que tem alguns aspectos
140 que não podemos deixar de ter em conta, principalmente na hora de tratar os
141 cenários. Independentemente do cenário que estivemos discutindo, essas
142 políticas já em andamento, em nível estadual ou federal, já fazem parte do
143 nosso esforço de redução de emissão, e não considerar isso seria algo pouco
144 coerente com o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas,
145 principalmente pelo fato de o Brasil ter a meta mais ambiciosa de todos os
146 países em desenvolvimento.” O conselheiro André Aroeira Pacheco questionou
147 sobre a definição de um cronograma e dos próximos passos a serem tomados
148 para se ter um diagnóstico de como está o setor em relação a emissões e quais
149 as próximas ações para que a agenda seja implementada. “Eu considero que
150 várias coisas já podem ser trabalhadas, como tivemos casos recentes de
151 concessão de desmatamento em áreas nativas para empreendimentos de
152 silvicultura, e isso não é muito alinhado com uma estratégia de mitigação de
153 mudanças climáticas pensando em longo prazo. Outra pergunta é mais
154 metodológica, se há uma discussão interna de como esse avanço pode ser feito
155 dentro do setor e quais caminhos podem levar a essa mitigação de mudança
156 climática, se é mudança de processo, essa questão, por exemplo, de não
157 avançar sobre áreas nativas e direcionar mais para áreas que já estão
158 degradadas, reciclagem, ciência energética.” Conselheira Adriana Maugeri:
159 “Hoje, a AMS representa mais de 90% dos maciços florestais de Minas Gerais,
160 mas tem um sem-número de médios e pequenos produtores espalhados por
161 todo o Estado. Para os nossos associados, nós falamos e afirmamos que não
162 há intenção de supressão de áreas nativas para implantação de projetos de
163 silvicultura. Vamos realizar, junto com o Estado, o Plano Estratégico do setor da
164 indústria de base florestal, em que o setor vai apontar para onde ele pretende
165 crescer, e o Estado vai cruzar essa informação para onde pretende desenvolver

166 com a silvicultura e toda a indústria de base florestal. Como se tem projetos de
167 silvicultura e há regenerações em estágios, ainda que não tenhamos a
168 classificação exata em Minas Gerais dos estágios de regeneração do Cerrado
169 como temos para a Mata Atlântica, muito se fala em conversão de áreas,
170 àquelas às quais não foi dado ainda uso antrópico. Esse não é o objetivo da
171 silvicultura. Então nós temos um objetivo de, no mais tardar no início de 2018,
172 ter esse plano para divulgar para a sociedade exatamente para onde o Estado e
173 o setor pretendem se desenvolver. A ideia é que consigamos, em política de
174 Estado, disseminar para os médios e pequenos também, que sabemos que têm
175 até práticas ilegais, como qualquer outro setor.” Fábio Marques, consultor da
176 AMS: “Todos os segmentos têm os seus níveis de mobilização, suas
177 organizações e métodos de trabalho. O principal ponto em relação a como fazer
178 é exatamente saber como se cria incentivos para que a fatia das atividades
179 produtivas limpas ou renováveis aumente e aquelas fósseis e não renováveis
180 diminuam. E as renováveis não estão só na base florestal, mas há
181 reflorestamento, restauração, energia solar, eólica, dentre vários outros
182 aspectos. E as formas de se alcançar é remover entraves para os setores
183 renováveis e, ao mesmo tempo, aperfeiçoar aqueles marcos regulatórios que
184 possam gerar incentivos para essas mudanças. O que nós estamos buscando
185 aqui, como agenda de desenvolvimento econômico, é como fazer para que cada
186 vez mais produtos baseados em insumos renováveis possam avançar de uma
187 forma diferenciada. Então esse é o aspecto importante, pensar Minas do ponto
188 de vista da solução, e não do ponto de vista só de um passivo, que vai muito
189 mais além das nossas fronteiras.” O conselheiro Antônio Walter dos Santos
190 Pinheiro Filho questionou qual exatamente seria a diferença dos cenários
191 apresentados pela FEAM e a consultoria. Presidente Felipe Santos de Miranda
192 Nunes: “Os números podem aparecer, mas a questão é definição do ano-base.
193 O Brasil se comprometeu a essas metas de 37% a 43% em relação a 2005. E
194 pela projeção feita foi em relação a este ano, se foi o que eu entendi.” Fábio
195 Marques, consultor da AMS: “O exercício que nós fizemos foi com base nas
196 projeções feitas aqui pelo documento do PEMC, que era basicamente aumentar
197 as emissões de Minas no cenário em que o PIB cresceria em 60% até 2030. O
198 que nós fizemos foi contrastar esse cenário divulgado até então com o impacto
199 que teria se um dia Minas assumisse o compromisso per capita de 5 toneladas
200 de CO2 por habitante. Isso implica uma redução absoluta de 38% a 42%, com
201 uma diferença para o plano federal, em que o grosso dessa redução já foi
202 alcançado por causa da queda do desmatamento de 2005 para cá. E o plano
203 federal computa também remoções de carbono. Nesse caso aqui, não estava
204 considerado ainda nem uma coisa nem outra.” Presidente Felipe Santos de
205 Miranda Nunes: “O que nós estamos apontando aqui é que o Brasil, a projeção
206 colocada, com as metas colocadas, chegaria a 5,4 toneladas per capita em
207 2030. E aqui o que nós propomos não está nessa linha do per capita. E, se for,
208 chegaria a 8 toneladas ou 9 toneladas, usando o cenário ‘business as usual’,

209 que não se sustenta mais. E o que foi apresentado aqui em fevereiro está em
210 linha com unidade per capta. É muito melhor abordar nesse ponto de vista a
211 comparar 'business as usual' ou per capta, considerando esse estudo de 2014.”
212 O conselheiro Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho questionou se a base
213 temporal é a mesma. Presidente Felipe Santos de Miranda Nunes: “Foi feito um
214 esforço de cenários em 2014, e foi projetado linearmente para chegar àquela
215 redução esperada e depois comparar com a métrica de 5 toneladas per capta.
216 Então pegou-se uma metodologia, projetou-se e comparou-se com uma meta
217 colocada pela FEAM, para se saber o nível de esforço. A questão metodológica
218 hoje é colocada de maneira diferente par fins de toneladas per capta, e essas
219 bases de projeções não levam em conta o cenário 'business as usual'. Então
220 hoje o que pode facilitar para que os conselheiros possam argumentar é que o
221 modelo federal se propõe a atingir 5,4 toneladas de carbono equivalente por
222 pessoa. A meta proposta pela FEAM, que está aqui para discussão, é chegar a
223 5 toneladas.” Conselheiro Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho: “Essa
224 diferença de metodologia tem a ver com o uso de floretas, plantar carbono,
225 captar carbono na atmosfera e também utilizar agricultura em conjunto com
226 florestas e outras técnicas. É essa a diferença de metodologia que dá essas
227 diferenças? É isso que eu queria entender.” Presidente Felipe Santos de
228 Miranda Nunes: “Sim, as emissões são colocadas para todos os setores, e
229 foram tratadas de maneira diferente porque o setor de uso da terra não tinha os
230 dados mais acurados. O que nós avaliamos é que esses dados de uso da terra
231 e florestas estão subestimados pelo seu potencial. Esse leva em conta o setor
232 de floresta e uso da terra, mas, no nosso entendimento, subestimado em
233 relação ao potencial de mitigação do setor, porque o que o setor pode contribuir
234 é maior do que usando esse tipo de projeção que não usamos mais para fins de
235 tomada de decisão.” Fábio Marques, consultor da AMS: “O ponto principal que
236 nós queríamos deixar claro é o seguinte: no nosso entender, o que deve ser o
237 paradigma para orientar essa discussão? Antes de definir um número, o que
238 achamos que é um exercício que deve ser feito? O nosso principal ponto é que
239 nós precisamos, antes de mais nada, definir quanto o Estado quer crescer
240 economicamente, aonde queremos chegar, do ponto de vista de PIB, para
241 sabermos qual a intensidade de esforço. Isso é o que está por detrás,
242 geralmente, de quaisquer definições de política. É essa discussão que
243 gostaríamos de orientar, mas que fosse pelo menos pautada por esses cenários
244 de crescimento, para que não fiquem só os números da consequência, mas
245 também da causa, que é econômica.” Conselheiro Antônio Walter dos Santos
246 Pinheiro Filho: “Eu acho que é importante os dois cenários talvez se
247 complementarem, porque eu acho que vai ter melhoria. Porque, se tem um setor
248 que está subdimensionado e pode ser incorporado na metodologia do Estado,
249 nós estamos falando de um upgrade para o nosso plano.” Presidente Felipe
250 Santos de Miranda Nunes: “Mexer em cenários em função de premissa de PIB,
251 me permita discordar, para modelagem, é realmente uma sensibilidade que vai

252 gerar resultados, mas o que a ciência tem nos mostrado é que o crescimento
253 econômico não é uma variável para conseguirmos mais redução ou não. A
254 questão do esforço é o nível de investimento, uma pauta econômica, mas não é
255 diminuindo crescimento que vamos reduzir mais emissões de gases de efeito
256 estufa. Esse é o posicionamento, hoje, da FEAM, tecnicamente.” Fábio
257 Marques, consultor da AMS: “Para não deixar margem de dúvida, eu não acho
258 que crescimento seja obstáculo para reduzir emissão. Pelo contrário. Se as
259 políticas públicas de Minas e do Brasil forem bem implementadas, é o contrário.
260 É uma possibilidade de que Minas e o Brasil possam se desenvolver
261 economicamente em bases limpas. Falar isso é diferente de não considerar o
262 que se espera do PIB para fins dessa determinação de compromisso. Nós
263 precisamos considerar isso de alguma forma. Todos os esforços de projeção de
264 emissão são baseados em uma lógica econômica. Então falar que isso tem que
265 ser considerado não significa que uma coisa atrapalha a outra. Mas considerar
266 isso no exercício, no nosso entender, é fundamental, porque, no final das
267 contas, mexemos na estrutura de competitividade econômica do Brasil e de
268 Minas, e o que nós queremos é exatamente buscar uma diferenciação que
269 estimule produtos e consumo de baixo carbono, que valorize o que for mais
270 limpo cada vez mais para Minas, o Brasil e o mundo.” Conselheira Adriana
271 Maugeri: “Competitividade é a palavra mesmo que nós temos que trabalhar,
272 porque, se desconsiderasse o crescimento com aumento de emissões, estaria
273 considerando que todo mundo, 100% do crescimento, estaria em cima de todas
274 as bases renováveis disponíveis para cada setor, o que nós sabemos que não é
275 a realidade que temos no mundo, além do Brasil. Seria o cenário ótimo, mas
276 não temos ainda maturidade global para chegar a esse ponto. Quando falamos
277 de uso da terra, indo muito além de floresta, eu queria saber qual a dificuldade
278 mesmo que houve, até para sanarmos, de ter a base consolidada dos números.
279 Nós reforçamos o pedido para que fique explícito, e, necessariamente, terá que
280 ser revisto, para termos realmente uma base confiável de cenário, indicar se
281 considerou realmente uso da terra, indústria, energia, na sua real situação e nas
282 suas projeções, para que possamos comparar. A impressão que ficou para nós
283 é que estamos um pouco mais ambiciosos do que a própria meta brasileira, por
284 essa diferença metodológica, até considerando que esses outros setores estão
285 subestimados. E com as bases similares podemos estar mais arrojados do que
286 em Minas. Não que esteja certo ou errado, mas isso tem que ser discutido. É
287 isso que Minas quer? E aonde Minas quer chegar? Se hoje tem esses outros
288 setores que possam estar subestimados, essa pressão da redução então vai
289 cair sobre quem? Sobre a indústria? Quantos por cento? E temos uma vontade
290 de desenvolver mais Minas Gerais no setor industrial? Isso vai casar ou não
291 com essa projeção? Eu acho que essas discussões nós precisamos
292 amadurecer, para que todos os setores e o Estado tenham conforto de definir o
293 número que atende a população de Minas Gerais, a sociedade como um todo.”
294 Conselheiro Alexandre Valadares Mello: “Esse trabalho foi apresentado na

295 Fiemg e nos causou espanto, porque sabemos que, no final, quem vai pagar a
296 conta é a indústria, e a indústria não é o grande contribuidor das emissões no
297 país, tem outros setores também que precisam ser analisados. A questão é
298 analisada e vai ser revista, justamente porque estamos em período de crise, e
299 todos os estudos que foram feitos sobre o crescimento do país estão sendo
300 revistos. Então é fundamental atrelar essa revisão. No nível nacional, está
301 sendo revisto. Eu estou participando do setor de siderurgia sustentável, em que
302 a biomassa renovável, o carvão vegetal, entra fortemente para contribuir para a
303 redução das emissões. Eu acho que temos que reunir os setores, mas não ficar
304 nessa inércia. Já se passaram vários anos, e realmente temos que sair do lugar,
305 mas temos que andar com o pé no chão, e que todos os atores contribuam para
306 essa redução. Agora, falando como presidente da AMS, nós devemos colocar o
307 setor florestal dentro dessa pauta de Minas Gerais, para que seja o grande setor
308 que vai contribuir com a redução das emissões. Eu concordo que temos que ter
309 um plano estruturado de discussão, com vários setores presentes nesta mesa,
310 com os setores industriais, empresariais, para entrarmos em um denominador
311 comum desse patamar de redução.” Presidente Felipe Santos de Miranda
312 Nunes: “Com relação ao PIB, de nenhuma maneira, nós estamos colocando
313 essa dicotomia desconsiderando o PIB. Essa questão do PIB não é que está
314 sendo desconsiderada. O que eu quero registrar é que não há a necessidade,
315 demonstrado cientificamente, de reduzir PIB para reduzir emissões de gases de
316 efeito estufa. É só isso que eu quero deixar registrado. Tanto é que, por
317 exemplo, economias de países em desenvolvimento e desenvolvidos já estão
318 desacoplando suas curvas de crescimento econômico das curvas de emissões.
319 A agenda no Estado não é pensada em termos de projeções com
320 desconsideração de PIB, só que nós não vemos como obstáculo, não é
321 impedimento. Com relação aos dados do setor florestal, para fazer uma
322 projeção de emissões no nível de uma modelagem adequada, nós precisamos
323 ter os dados de uso da terra e florestas devidamente classificados, precisamos
324 saber cada pixel da imagem, se é pasto, se é regeneração avançada de Mata
325 Atlântica, se é outro bioma, se é expansão agrícola. E hoje não temos. O CAR é
326 uma grande base de dados, só que não foi classificada ainda, e não
327 conseguimos colocar na modelagem. Mas já existem estudos, inclusive do
328 Ministério da Ciência e Tecnologia, que acabou de sair, que usa uma série
329 histórica, não tão acurada como nós precisamos, mas que o Estado hoje não
330 tem. Foi lançada uma plataforma do Google junto com o Observatório do Clima
331 e diversas entidades, que estão disponibilizando imagens classificadas para
332 todo o território nacional. Nós estamos baixando essa base para avaliar a
333 consistência disso e com isso fazer a modelagem. Fora isso, para o Estado de
334 Minas Gerais, temos o inventário florestal de 2009, feito pela Universidade
335 Federal de Lavras. Essa é a dificuldade pontual, hoje, para fazer modelagem
336 apurada para o setor de florestas e uso da terra. Caso o setor tenha dados mais
337 acurados, nós estamos abertos a recebê-los, para discutir a modelagem disso.

338 Com relação ao ponto das indústrias, eu acredito que também possam ser
339 revisadas as bases metodológicas da modelagem, mas discordo do fato de a
340 indústria pagar a conta. Pelo menos no Estado de Minas Gerais, não há
341 nenhuma sinalização nesse sentido, em termos de política pública. Nós tivemos
342 um programa de registro público em que, voluntariamente, a indústria foi
343 convidada a aportar suas emissões. Por falha, principalmente do Estado, de
344 descontinuidade do programa, não tivemos essa continuidade, mas também
345 houve uma baixa adesão do setor da indústria. Mas, pelo menos do que eu
346 tenho conhecimento, não há nenhuma imposição de metas para um setor x ou
347 y, principalmente para o da indústria.” Conselheira Adriana Maugeri: “O IEF tem
348 a base do CAR, que vai entrar no módulo de análise, para confirmar a
349 informação declaratória dos produtores, mas tem toda a área plantada, o volume
350 de área no que tange a florestas plantadas do Estado, o que tem plantado, o
351 que foi colhido e o que está em análise de projeto o IEF. Para a definição desse
352 trabalho, eu acredito que seja muito próximo do que vai ter confirmado com o
353 CAR.” Conselheiro Márcio Tadeu Pedrosa: “Eu represento pela Abes também o
354 Comitê Federal da Bacia do São Francisco, e sou da Câmara Técnica de
355 Programas, Planos e Projetos. Dentro desse tema, nós tivemos uma plenária
356 em Recife, na quinta e sexta-feira, e a Codevasf e o Ministério da Integração
357 Nacional se comprometeram a colocar um recurso maior na revitalização.
358 Dentro da bacia do São Francisco, são 15 anos já em que nós temos um tema
359 junto ao Ministério, que é a revitalização. Isso vem exatamente de encontro,
360 porque a nossa prioridade dentro da revitalização do São Francisco é proteção
361 de nascentes e reflorestamento, o que vai contribuir muito para essa questão da
362 redução da emissão de gases de efeito estufa. E no Comitê, com a cobrança
363 pelo uso da água, nós temos dado alguns exemplos, basicamente, dentro de
364 obras hidroambientais, conscientizando fazendeiros e investindo na fazenda. É
365 pequeno, mas estamos dando exemplo à Codevasf, ao Ministério da Integração,
366 que o Comitê, com seus pequenos recursos, está contribuindo nessa questão
367 do reflorestamento para a melhoria da questão ambiental e, consequentemente,
368 do efeito estufa.” Conselheira Ana Cláudia Miranda Albanex: “É prioritária e não
369 pode deixar de acontecer a validação depois que se faz aquela classificação dos
370 dados, e nós, enquanto Emater, que estamos instalados em quase todos os
371 municípios de Minas Gerais, nos comprometemos com o Conselho a estar
372 auxiliando nesse ponto. Outra questão é que ouvimos muito pouco falar do
373 agricultor familiar, que, junto com o seu vizinho, pode ter uma grande área
374 plantada. Eu acho que, dentro desse planejamento, caberia colocar uma pauta
375 específica para a agricultura familiar.” Conselheiro Antônio Walter dos Santos
376 Pinheiro Filho: “Nos últimos dois ou três anos, nós vimos Minas Gerais como
377 campeão em perda de PIB. E não tenha dúvida de que é a indústria o setor que
378 mais perde. Eu acho utópico se trabalhar uma meta de redução de carbono que
379 afeta diretamente a produtividade sem considerar esses dados
380 macroeconômicos. Senão estaremos fazendo um desbalanceamento entre

381 crescimento populacional, crescimento econômico e sustentabilidade. Eu acho
 382 que nós temos que buscar todas as variáveis possíveis que maximizem para
 383 chegar à meta, à redução de carbono, mas sem tirar o olho de que a população
 384 continua crescendo.” Proposta de encaminhamento da FEAM. “Ficou acordado,
 385 conforme proposta da FEAM, que a Secretaria Executiva da Câmara irá
 386 encaminhar aos conselheiros uma proposta com datas para realização de
 387 reuniões setoriais e globais, e que cada entidade deverá retornar a consulta
 388 dentro do prazo a ser estipulado.” **6) DISCUSSÃO SOBRE A APLICABILIDADE**
 389 **DA DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM Nº 187/2013 PARA O SETOR DE**
 390 **PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL. Apresentação: Associação Mineira de**
 391 **Silvicultura (AMS).** A conselheira Adriana Maugeri, representante da AMS, fez
 392 apresentação de avaliação da entidade sobre a aplicabilidade da Deliberação
 393 Normativa COPAM 187/2013 para a atividade de carvoejamento, destacando
 394 que são encontrados em Minas Gerais “vários entraves para o crescimento ou
 395 regulação da produção do carvão vegetal”. “Nós temos uma DN 187, que
 396 estabelece parâmetros de monitoramento de emissões para várias atividades e
 397 não contempla a produção de carvão vegetal. Tem toda a significância dessa
 398 atividade para o Estado de Minas Gerais, que é o maior produtor de carvão do
 399 Brasil, e o Brasil é o maior produtor de carvão do mundo, e essa DN não
 400 estabelece parâmetros próprios que foram analisados para a produção de
 401 carvão vegetal. Hoje, o carvão vegetal é enquadrado nessa DN na categoria
 402 ‘Outros’. Ou seja, a produção de carvão hoje tem o mesmo parâmetro de
 403 emissões de gás de uma padaria ou churrascaria, por exemplo. Já que estamos
 404 querendo fomentar cada vez mais a produção de carvão vegetal sustentável em
 405 Minas Gerais, que o próprio governo consiga monitorar e fiscalizar de acordo
 406 com os critérios de produção adequados. E que com isso também o setor possa
 407 crescer. Nós propomos que a CEM proponha à SEMAD a criação de um GT
 408 específico para uma análise de alteração da DN ou que estude e proponha uma
 409 nova DN, para que normatize e regularize as emissões de produção de carvão
 410 vegetal.” **Moção aprovada pela CEM.** A partir de manifestação da
 411 representante da AMS, de esclarecimentos de ordem técnica e legal pelos
 412 conselheiros e a assessoria jurídica da FEAM e de proposta de moção
 413 apresentada pela entidade do setor, a Câmara de Políticas de Energia e
 414 Mudanças Climáticas aprovou por unanimidade o encaminhamento de moção
 415 ao Plenário do COPAM nos seguintes termos: “Reivindicação ao COPAM para
 416 criação de um grupo de trabalho com vistas a coordenar estudos técnicos que
 417 revisem o enquadramento da atividade de carvoejamento em face da revisão da
 418 Deliberação Normativa 187/2013. A CEM/COPAM, com fulcro no inciso IV do
 419 art. 5º da DN 177/2012, reivindica: considerando a competência desta Câmara
 420 para propor a criação de grupo de trabalho, políticas públicas e normas relativas
 421 a serem encaminhadas à CNR/COPAM; considerando a competência para
 422 propor e opinar sobre novos instrumentos de gestão ambiental, bem como
 423 avaliar os instrumentos existentes, propondo aprimoramentos; considerando a

424 competência para propor políticas para a promoção de energias renováveis,
 425 como é o caso do carvão vegetal, eficiência energética, transição energética e
 426 ecológica e propor normas e padrões para o uso racional dos recursos naturais;
 427 considerando o alinhamento aos preceitos estabelecidos pelo projeto Siderurgia
 428 Sustentável, que visa debater o andamento e oportunidades de ações para
 429 reduzir emissões de gases de efeito estufa; considerando a competência
 430 específica para apoiar a ampliação da articulação institucional e fornecer dados
 431 e informações técnicas para subsidiar as discussões das demais Câmaras
 432 Técnicas; considerando que os parâmetros estabelecidos pela DN 187/2013,
 433 limite de emissões para fontes fixas, e utilizados pela SEMAD nos
 434 licenciamentos da atividade de carvoejamento não contemplam a especificidade
 435 dessa cadeia produtiva, em que o Estado de Minas Gerais é o maior produtor de
 436 carvão vegetal do país e do mundo; considerando a necessidade de discussão
 437 entre o setor de carvão vegetal, o Estado e a sociedade para encontrar uma
 438 metodologia que seja apropriada e exequível ao setor; considerando o inciso IV
 439 do art. 1º da DN 187/2013, que dispõe sobre a exigência de tecnologias de
 440 controle de emissões técnica, ambiental e economicamente viáveis, acessíveis
 441 e já desenvolvidas em escala que permita a sua aplicação prática; que seja
 442 criado um grupo de trabalho para revisão da DN 187/2013, para estudos dos
 443 parâmetros de cumprimento dos limites de emissões de gases para a atividade
 444 de carvoejamento, uma vez que a atividade é interpretada genericamente como
 445 fonte não listada; que o grupo de trabalho considere a determinação do prazo de
 446 conclusão dos trabalhos observando que a DN 187/2013 estabeleceu um prazo
 447 de adequação até o mês de setembro de 2018 para os fornos instalados antes
 448 da sua publicação; que ao final seja encaminhada à CNR, como resultado dos
 449 trabalhos, uma solicitação de alteração da DN 187/2013 ou criação de uma
 450 deliberação normativa específica para a atividade de carvoejamento.”
 451 Destaques das votações. O texto da moção foi votado por tópicos, com os
 452 seguintes destaques: – “Reivindicação ao COPAM para criação de um grupo de
 453 trabalho com vistas a coordenar estudos técnicos que revisem o enquadramento
 454 da atividade de carvoejamento em face da revisão da deliberação normativa
 455 187/2013.” Aprovado por unanimidade. – A CEM/COPAM, com fulcro no inciso
 456 IV do art. 5º da DN 177/2012, reivindica: considerando a competência desta
 457 Câmara para propor a criação de grupo de trabalho, políticas públicas e normas
 458 relativas a serem encaminhadas à CNR/COPAM. Aprovado por unanimidade.” –
 459 “considerando a competência para propor, elaborar e avaliar diagnósticos e
 460 manifestar sobre cenários ambientais e Avaliações Ambientais Estratégicas,
 461 sugerindo diretrizes com vistas à melhoria da qualidade ambiental;”
 462 Considerando excluído por unanimidade. – “considerando a competência para
 463 propor e opinar sobre novos instrumentos de gestão ambiental, bem como
 464 avaliar os instrumentos existentes, propondo aprimoramentos;” Aprovado por
 465 maioria, com voto contrário do conselheiro Antônio Walter dos Santos Pinheiro
 466 Filho. – “considerando a competência para propor políticas para a promoção de

energias renováveis, como é o caso do carvão vegetal, eficiência energética, transição energética e ecológica e propor normas e padrões para o uso racional dos recursos naturais;" Aprovado por unanimidade. – "considerando o alinhamento aos preceitos estabelecidos pelo projeto Siderurgia Sustentável, que visa debater o andamento e oportunidades de ações para reduzir emissões de gases de efeito estufa;" Aprovado por unanimidade. – "considerando a competência específica para apoiar a ampliação da articulação institucional e fornecer dados e informações técnicas para subsidiar as discussões das demais Câmaras Técnicas;" Aprovado por unanimidade. – "considerando que os parâmetros estabelecidos pela DN 187/2013, limite de emissões para fontes fixas, utilizados pela SEMAD nos licenciamentos da atividade de carvoejamento não contemplam a especificidade dessa cadeia produtiva em que o Estado de Minas Gerais é o maior produtor de carvão vegetal do país e do mundo." Aprovado por unanimidade. – "considerando a necessidade de discussão entre o setor de carvão vegetal, o Estado e a sociedade para encontrar uma metodologia que seja apropriada e exequível ao setor;" Aprovado por unanimidade, com abstenção do conselheiro Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho. – "considerando o inciso IV do art. 1º da DN 187/2013, que dispõe sobre a exigência de tecnologias de controle de emissões técnica, ambiental e economicamente viáveis, acessíveis e já desenvolvidas em escala que permita a sua aplicação prática;" Aprovado por unanimidade. – "que seja criado um grupo de trabalho para revisão da DN 187/2013, para estudos dos parâmetros de cumprimento dos limites de emissões de gases para a atividade de carvoejamento, uma vez que a atividade é interpretada genericamente como fonte não listada;" Aprovado por unanimidade, com abstenções dos conselheiros Daniel Rennó Tenenwurcel e André Aroeira Pacheco. Conselheiro Daniel Rennó Tenenwurcel: "Abstenção porque eu fiquei na dúvida se essa é a melhor forma de abordar o escopo dentro da Câmara." Conselheiro André Aroeira Pacheco: "Eu também me abstenho." – "que sejam suspensos os efeitos das penalidades previstas na DN 187/2013 para as atividades de carvoejamento até que haja um resultado do grupo de trabalho e consequente aprovação ou não de uma nova normativa;" Item excluído por unanimidade. – "que o grupo de trabalho considere a determinação do prazo de conclusão dos trabalhos observando que a DN 187/2013 estabeleceu um prazo de adequação até o mês de setembro de 2018 para os fornos instalados antes da sua publicação;" Aprovado por unanimidade. – "que ao final seja encaminhada à CNR, como resultado dos trabalhos, uma solicitação de alteração da DN 187/2013 ou criação de uma deliberação normativa específica para a atividade de carvoejamento." Aprovado por unanimidade. **7) PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E ATIVIDADES DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). Apresentação: ANEEL. Item sobrestado. 8) RESULTADOS DO 1º CICLO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO ÍNDICE MINEIRO DE VULNERABILIDADE CLIMÁTICA. Apresentação: FEAM. Item sobrestado. 9)**

510 **ESTRATÉGIA DE CONCEPÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DE**
511 **ENERGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS. Apresentação: FEAM. Item**
512 **sobrestado. 10) RETORNO SOBRE A CAPACITAÇÃO EM DEFESA E**
513 **PROTEÇÃO CIVIL E MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO TERRITÓRIO**
514 **TRIÂNGULO SUL. Apresentação: FEAM. Item sobrestado. 10)**
515 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o
516 presidente Felipe Santos de Miranda Nunes agradeceu a presença de todos e
517 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

518
519 **APROVAÇÃO DA ATA**

520
521
522 **Felipe Santos de Miranda Nunes**
523 **Presidente da Câmara de Políticas**
524 **de Energia e Mudanças Climáticas**